

O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim.

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIARQ

HENRIQUE MENDES² MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EURICO HENRIQUES³ VEREADOR DA CULTURA - CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

“Era uma ideia vaga, mais desejo que tenção, que eu tinha há muito, de ir reconhecer as ricas várzeas desse Ribatejo”

(Almeida Garrett (1843) – Viagens na Minha Terra)

Resumo

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim, foi detetado pelo Dr. Eurico Henriques no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas.

Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas ao IPPC, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

O presente trabalho, insere-se num projeto de estudo, estruturado em torno desta singular estação arqueológica, e tem como objetivo a publicação sistemática da diversificada coleção de materiais arqueológicos aqui recolhidos e depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

Summary:

The archaeological site of Alto dos Cacos - Almeirim, was detected by Dr Eurico Henriques in the early eighties of the last century, in the result of deep and extensive destruction caused by farm work.

Despite the situations then observed, and repeated warnings to the IPPC, the site fell into oblivion for over thirty years.

This work is part of a study project, structured around this unique archaeological site, which aims the systematic publication of the diverse collection of archaeological materials here collected and deposited in the yields of the Association for the Defense of Historical and Cultural Heritage of Almeirim.

Introdução

Em 2010, tomou-se conhecimento através da base de dados Endovélico, de uma invulgar ocorrência. Esta referia a existência de uma estação arqueológica no concelho de Almeirim, onde se teria descoberto, no início dos anos oitenta do século passado, uma bateria de quatro fornos romanos.

A estação, com o apelativo topónimo de Alto dos Cacos apresenta o Código Nacional de Sítio n.º 3108. A breve referência no Endovélico, concernente ao espólio aí recolhido remetia para a presença de ânforas romanas com marca, assim como diversificado espólio da Idade do Ferro, Idade do Bronze e Calcolítico.

Face ao interesse desta informação, e que apontava para a existência de um novo centro de produção oleira no baixo Tejo, entrou-se em contacto com a Câmara Municipal de Almeirim, com o objectivo de obter informações sobre a localização exacta desta estação e se possível aceder ao espólio aí recolhido.

Os serviços camarários informaram-nos, que para obter informações mais precisas sobre as ocupações antigas no seu território, a pessoa mais adequada era o Dr. Eurico Henriques, Presidente da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.).

Ao contactar-se o Dr. Eurico Henriques, este mostrou-se extremamente cooperante e entusiasmado com a perspectiva de um estudo destas realidades, tendo informado da existência de um conjunto considerável de espólio arqueológico, proveniente desta e de outras estações, em depósito na sede da A.D.P.H.C.C.A.

Perante o interesse científico e patrimonial do conjunto de materiais de época romana provenientes da estação do Alto dos Cacos, os signatários decidiram encetar o projecto do seu estudo e publicação sistemática.

Para um melhor enquadramento destas realidades e para aferir do real estado de conservação desta estação arqueológica, pareceu-nos imperativo efectuar um novo reconhecimento do local. Nesse sentido, solicitou-se em 2010 autorização ao então IGESPAR, para trabalhos de prospecção arqueológica, numa área de lezíria entre os concelhos de Almeirim e Alpiarça, onde se situa a estação do Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).



Figura 1
Localização da estação de Alto dos Cacos no vale do Tejo a par dos sítios de maior relevo no século I a.C.



Figura 2
Localização da estação
de Alto dos Cacos
na folha n.º 31A
Santarém, da Carta
Geológica de Portugal
1:50.000.

2. Resenha da descoberta da estação arqueológica de Alto dos Cacos.

A estação arqueológica do Alto dos Cacos (Almeirim) implanta-se sobre uma área arenosa que constitui um extenso terraço plistocénico sobre a margem esquerda do paul de Vale de Peixes, com uma altitude média de 14m. Do ponto de vista geológico trata-se de formações quaternárias antigas, representadas por argilas e areias com calhaus rolados (Zbyszewski, 1953).

Enquadra-se administrativamente na freguesia e concelho de Almeirim, situando-se a cerca de 1,5 km a Este do centro histórico da cidade, com as coordenadas LAT. 39° 10' 23" e LONG. 0° 28' 17", na folha n.º 363 da Carta Militar de Portugal 1:25000 (Fig. N.º 1).

Implantado nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo, as características topográficas do sítio favorecem a implantação humana, possuindo uma plataforma relativamente plana de orientação NE-SE, dispendo de excelente visibilidade e apresentando, apesar da sua escassa altura, uma posição francamente dominadora sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.

A sua localização permite um contacto visual directo com outros espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo em frente do outro lado do Rio Tejo situa-se, em posição de sobranceira, a cidade de Santarém antiga urbe de *Scallabis*, alguns quilómetros mais à direita mas em perfeito contacto visual ergue-se o planalto fortificado dos Chões de Alpompe, na mesma margem, a cerca de 2 km, situa-se o Cabeço da Bruxa e a 3 km a vasta fortificação do Alto do Castelo – Alpiarça.

A referência mais antiga ao sítio do Alto dos Cacos remonta ao século XIX, quando Guilherme Tiago do Couto, refere, que a norte da vila, sempre que se lavrava a terra, surgiam materiais romanos (Couto, 1859).

O conhecimento científico desta estação decorre da sua brusca destruição em início dos anos oitenta do século passado, no decorrer de trabalhos agrícolas. Apesar de o seu descobridor Dr. Eurico Henriques ter alertado a tutela para os nefastos impactos dos trabalhos aí a decorrer, nada foi feito (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

É neste quadro de emergência, que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim procedeu à recolha exaustiva dos materiais, e ao registo fotográfico do espaço.

As visitas feitas foram dilatadas no tempo. Uma vez que, em simultâneo, se verificara o mesmo procedimento para a então descoberta estação arqueológica da Azeitada, em Benfica do Ribatejo. Durante este período contactou-se o organismo responsável pelo património arqueológico, o então IPPC, tendo-se deslocado a Alto dos Cacos, o Dr. Cavaleiro Paixão e o Dr. Clementino Amaro (figura 3). Posteriormente houve vários contactos com a delegação de Évora do mesmo Instituto, tendo-se deslocado a Almeirim o seu director, Dr. Caetano de Mello Beirão.

Destas visitas não houve resultados práticos, como o que seria mais evidente: proceder-se ao estudo arqueológico da estação.

Figura 3

Visita à estação de Alto dos cacos em 1981 pela equipa do IPPC. Em primeiro plano o arado utilizado para a lavra do sítio. Em segundo plano o Dr. Cavaleiro Paixão, a Dr.ª Maria da Conceição Quinteira então professora da Escola Febo Moniz em Almeirim e por trás do arado o então Vereador da Cultura de Almeirim Dr. António Cláudio. Fotografia: Eurico Henriques.



3. O estudo das colecções em depósito na Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.).

Desde a primeira visita ao núcleo museológico existente no edifício sede da A.D.P.H.C.C.A., fomos confrontados com um volume considerável de espólio proveniente desta estação. O grosso destes materiais encontrava-se distribuído em diversas vitrinas e estantes, e estava organizado cronologicamente desde a pré-história até época romana, estando o restante arrumado em contentores numa sala que servia à data de espaço de reserva.

Para efectuar uma abordagem abrangente ao sítio, decidimos individualizar a totalidade do espólio existente com esta proveniência. Este procedimento foi facilitado pois o material encontrava-se marcado com a sigla – A.C.81 – (Alto dos Cacos 1981).

Uma vez separado, este foi devidamente inventariado e inserido em base de dados elaborada para o efeito, acompanhado de um registo gráfico e fotográfico, tendo em vista a sua informação intrínseca.

Como referimos, no início deste texto, tínhamos *a priori*, como objectivo um projecto de estudo sobre a produção oleira em época romana no vale do Tejo. E foi com esse quadro de indagações prévio, que encetámos a análise das colecções arqueológicas provenientes desta estação, contudo, fomos surpreendidos com uma leitura completamente distinta.

Em vez de materiais cerâmicos típicos de uma olaria de época romana, deparámo-nos com um conjunto coerente e quantitativamente relevante de informação, atestando uma ampla diacronia de ocupação que se estende, ainda que com hiatos, desde a pré-história até à época romana, com uma especial incidência no período romano republicano (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).



Figura 4
Vista geral do sítio de Alto dos Cacos, ao fundo a Alcáçova de Santarém em posição francamente dominante – 2010.

4. Alto dos Cacos: um Acampamento romano?

“Buscar os exércitos da conquista torna-se pois uma tarefa complexa, pelo que não é de estranhar que (...) no actual estado dos conhecimentos, sejam mais as dúvidas do que as certezas na hora de propor uma finalidade especificamente castrense para sítios e contextos arqueológicos.” (Fabião, 2004a, p. 53)

Os dados aferidos, a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta e dos recentes trabalhos de prospecção aí efectuados, levam a destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana republicana.

É a esta fase que se reporta a maior parte dos materiais, recolhidos durante as destruições de 1981, elevando-se estes a várias centenas de artefactos dos mais diversos tipos.

Os estudos em curso, em torno da colecção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente: a cerâmica campaniense; lucernas; paredes finas e ânforas levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio. Apesar de carecerem de quaisquer coordenadas estratigráficas, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação centrada no século I a.C.

É nesta fase que se parece assistir à instalação em Alto dos Cacos de um acampamento militar romano, sobrepondo-se, pelo menos parcialmente a um povoado indígena da Idade do Ferro.

Esta interpretação, algo temerária assenta em três traves mestres, que julgamos sólidas. Primeiro nos dados arqueológicos, que como iremos ver *infra*, permitem verificar a existência de uma impressionante ocupação de época tardo-republicana. Segundo nos artefactos bélicos, presentes nas colecções depositadas na A.D.P.H.C.C.A. que atestam uma coesa presença de cariz militar em Alto dos Cacos. Por último os dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subrectangular regular de cantos arredondados, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra.

4. 1. Os dados arqueológicos

As cerâmicas de verniz negro importadas da península Itálica são um dos melhores indicadores cronológicos para o estudo dos primeiros momentos da presença romana no ocidente peninsular. Apesar do seu estado de fragmentação ser elevado, os serviços de mesa em campaniense encontram-se bem atestados tendo-se recolhido quer entre as colecções antigas, quer nos trabalhos de prospecção efectuados em 2010.

A cerâmica campaniense de Alto dos Cacos é dominada por produções típicas do chamado “círculo da B”, com possível origem no centro produtor de Cales. Do ponto de vista formal apresenta um reportório repartido entre as espécies 1220, 2300, 2270 e 2280, (Morel, 1981), enquadrado *grosso modo* na primeira metade do século I a.C. (figura 5 e 6).

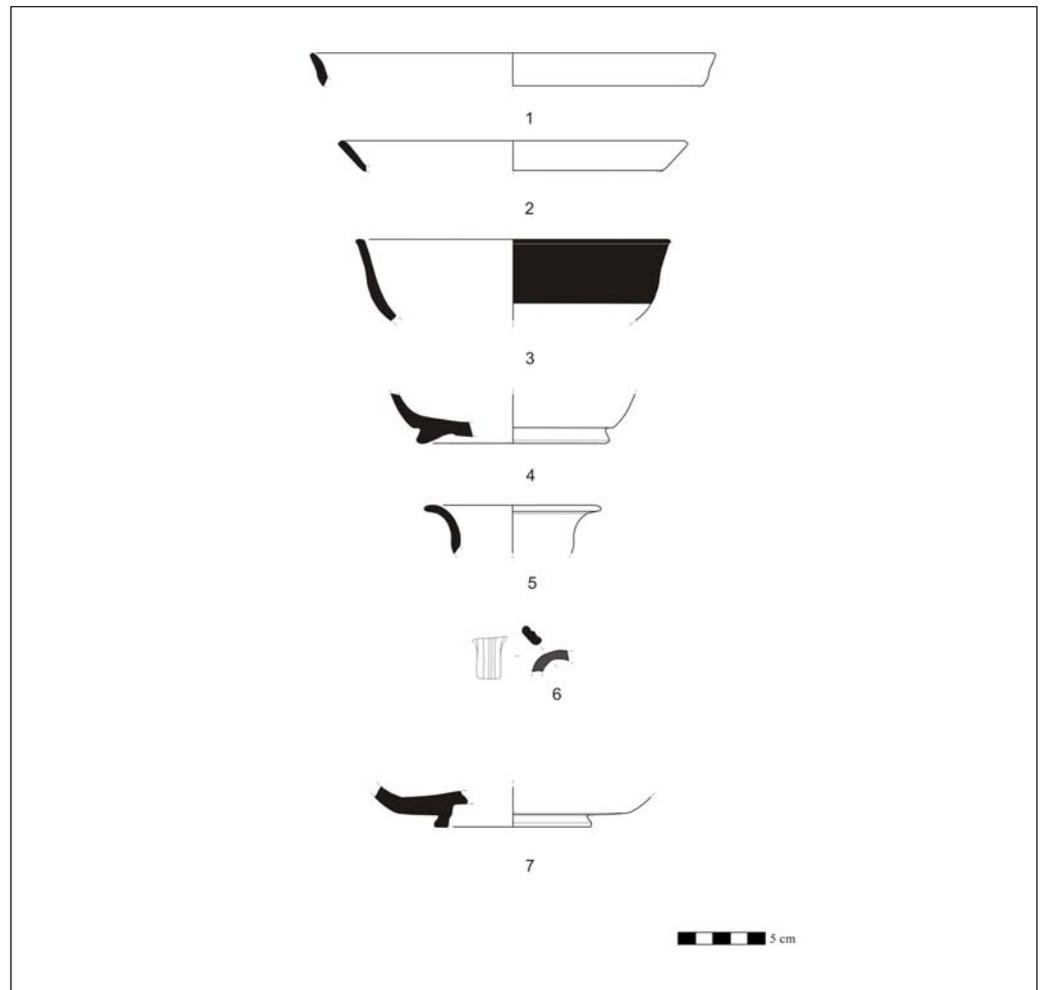
A par das peças de verniz negro, surgem alguns exemplares que constituem aquilo a que poderemos chamar imitações ou campaniense de pasta cinzenta.



Figura 5
Fragmentos
de cerâmica
campaniense.

Figura 6

N.º 1 – Campaniense B da Forma 2280 (= Lamb. 7). **N.º 2** – Campaniense B da Forma 2270 (= Lamb. 7). **N.º 3** – Campaniense B da Forma 2360 de Morel (= Lamb. 1). **N.º 4** – Campaniense B da Forma 2320 de Morel (= Lamb. 1). **N.º 5** – Campaniense B da Forma 1220 possivelmente da Série 1212 (= Lamb. 2). **N.º 6** – Fragmento de asa de Lucerna em Campaniense B da Forma Dressel/Lamboglia 2. **N.º 7** – Imitação de Campaniense do género 1200 (= Lamb. 2).



As lucernas republicanas encontram-se representadas por um fragmento de asa, possivelmente de uma Dressel/Lamboglia 2 revestida com verniz negro (figura 6, n.º 6).

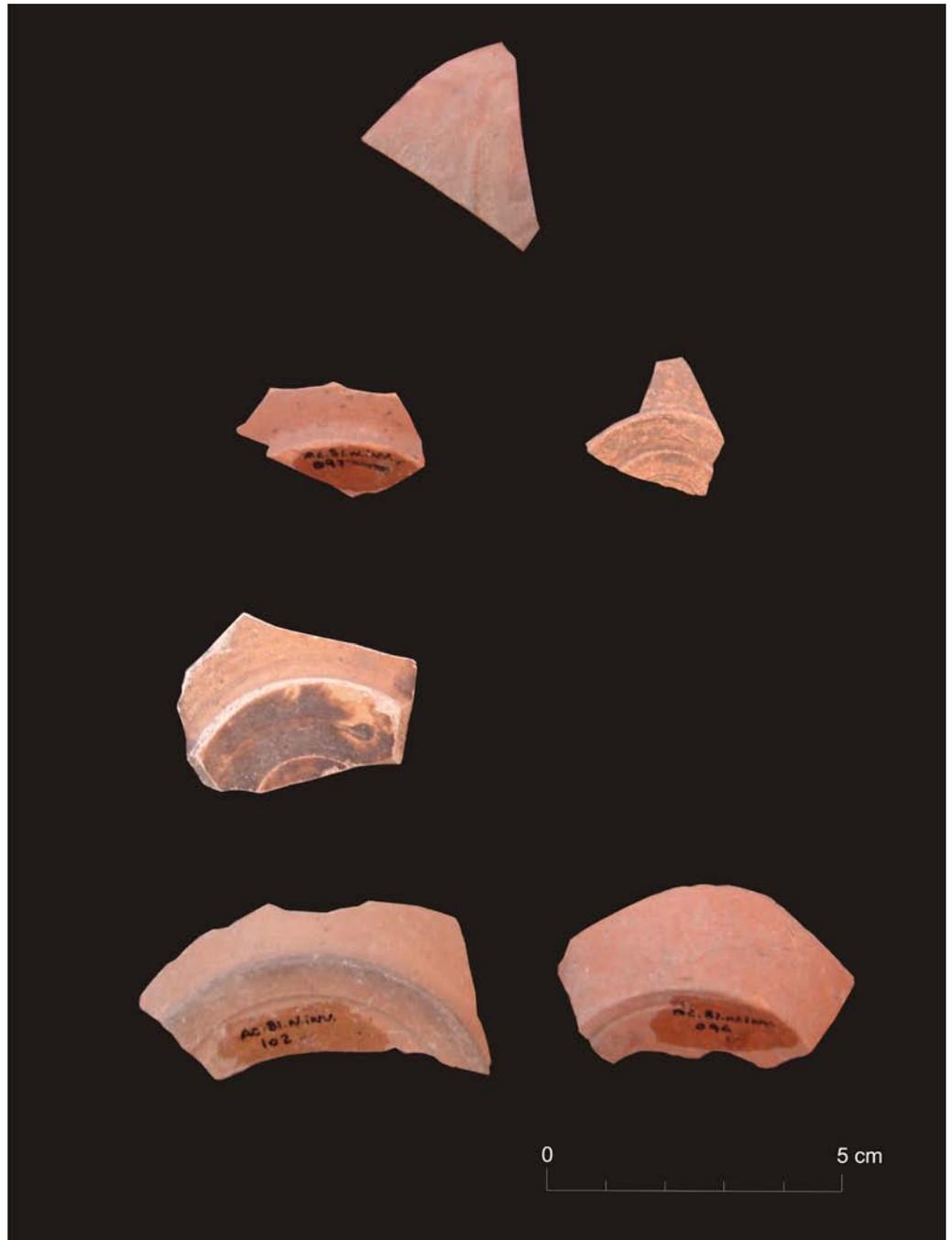


Figura 7
Fragmentos de
paredes finas Itálicas.

As delicadas taças e copos de cerâmica de paredes finas, importadas da península itálica e destinadas ao consumo de líquidos, permitem um bom enquadramento cronológico. O conjunto de paredes finas de Alto dos Cacos é composto por cerca de duas dezenas de fragmentos, tendo sido possível a identificação formal de oito vasos. Apesar do elevado grau de fragmentação, foi possível identificar um conjunto de copos e taças de produção Itálica dos tipos II, III e VIII de Mayet (1975) datados entre o final da República e o reinado de Augusto. Este conjunto encontra estreitos paralelos em contextos habitacionais bem datados da antiga urbe de *Scallabis* (Arruda e Sousa, 2003).

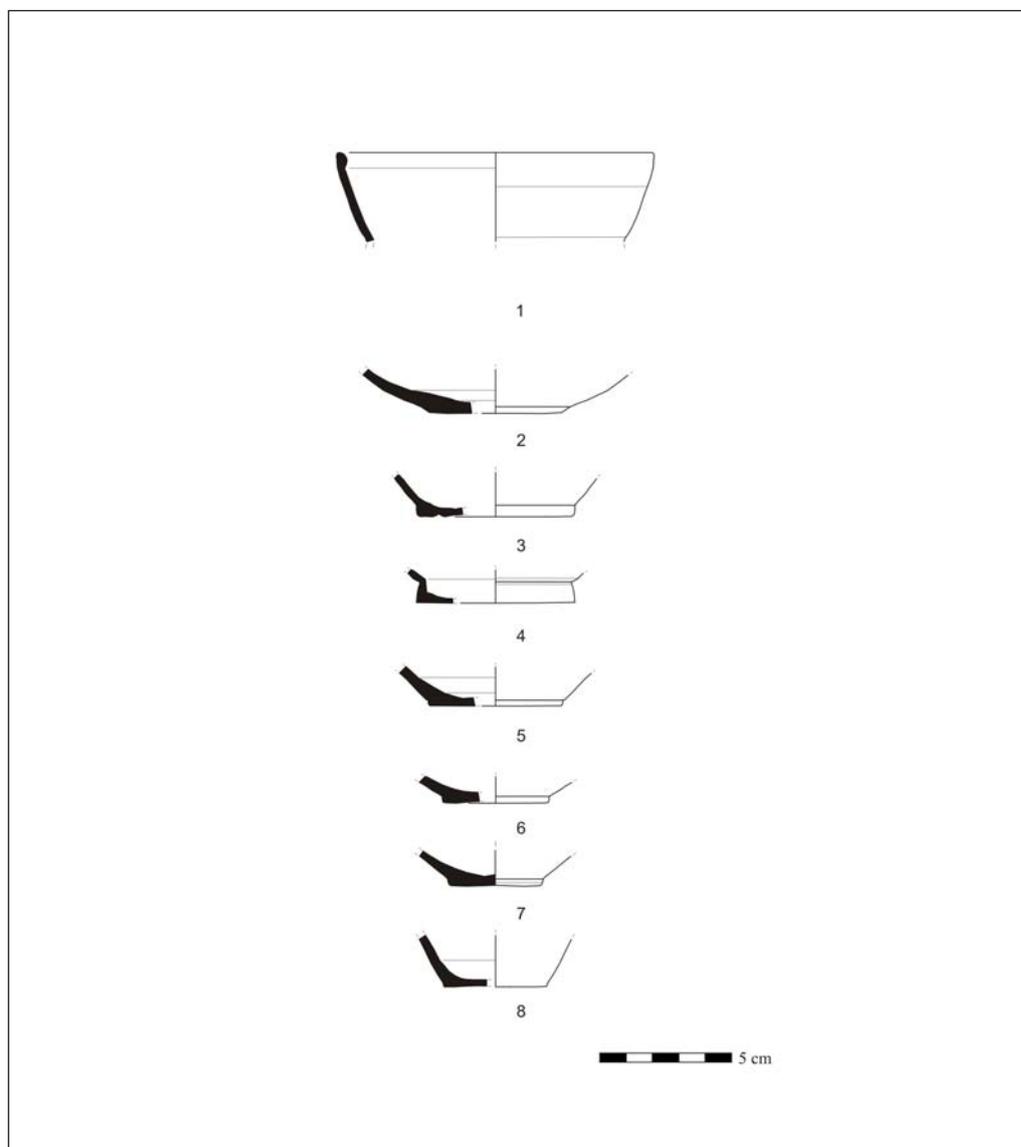


Figura 8

Paredes Finas Itálicas.
N.º 1 a 3 – Forma III de Mayet; **N.º 4** – Forma VIIIC de Mayet; **N.º 5 a 7** – Forma III de Mayet; **N.º 8** – Forma I de Mayet.

Entre os materiais provenientes de Alto dos Cacos, destaca-se uma extensa e diversificada coleção de ânforas, balizadas entre o século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. Estes grandes recipientes, destinados ao transporte de produtos alimentares a longa distância, contam-se entre os documentos mais relevantes face ao seu potencial informativo. Encontra-se atestada a importação de vinho italiano da costa tirrénica e azeite da cidade de Brindisi a partir de finais do século II inícios do século I a.C. Vinho e azeite da península Ibérica, provenientes do vale do Guadalquivir. E por último os afamados preparados piscícolas, da área do estreito de Gibraltar, possivelmente embarcados no grande porto de *Gades*.

O vinho Itálico ao contrário do atestado nos contextos republicanos das cidades de Lisboa (Pimenta, 2005), Santarém (Bargão, 2006) ou nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989; Diogo e Trindade, 1993-94) encontra-se escassamente documentado.

Tal leitura configura do nosso ponto de vista uma mera questão cronológica, entenda-se o sítio do Alto dos Cacos, atesta um padrão de consumo de produtos alimentares típico já de finais do século I a.C. quando as importações do vinho italiano se encontram em declínio acentuado. Porém algumas ânforas do tipo Dressel 1 estão presentes, não sendo claro qual o seu enquadramento cronológico.

Entre o conjunto de ânforas recolhidas no Alto dos Cacos em 1981, identificámos uma asa de ânfora de Brindisi. Este tipo de ânforas, produzido na cidade homónima do sul da península Itálica em meados do século II e I a.C., destinava-se ao transporte de Azeite. O exemplar em causa tem a particularidade de preservar a marca – **VEHILI** impressa numa matriz quadrangular (Figura 9). Esta marca encontra-se bem atestada em Apani (Desy, 1989), e na península Ibérica surge em contextos bem datados de cerca de 50 a.C. em Ampúrias (Aquilué, *et alii* 2002)

Embora esta colecção se encontre ainda em fase de estudo, é clara e esmagadora a presença de ânforas importadas da área do Guadalquivir, atestando um padrão de consumo de produtos alimentares em tudo similar ao detectado para a mesma época para a Alcáçova de Santarém (Almeida, 2008).

Figura 9

N.º 1 e 2 – Ânforas Itálicas do Tipo Dressel 1; **N.º 3** – Ânfora Itálica de Tipo Brindisi; **N.º 4** ânfora ovóide Gaditana; **N.º 5** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 9; **N.º 6** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 1; **N.º 7** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 5; **N.º 8** - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 4; **N.º 9 e 10** – Fragmentos de asas com marca de ânfora do Guadalquivir de difícil classificação.



O estado de preservação de alguns dos exemplares é verdadeiramente pouco usual, destacando-se a presença de uma ânfora do Tipo ovóide 4 e uma da forma Dressel 7/11 com *Tituli Picti*. Este tipo de indicações de foro alfandegário, referindo o conteúdo transportado na ânfora, o nome dos magistrados da cidade onde a ânfora é embarcada, o porto de origem etc. embora fosse assaz usual nestes contentores, é raro aparecer no território português por questões de preservação.

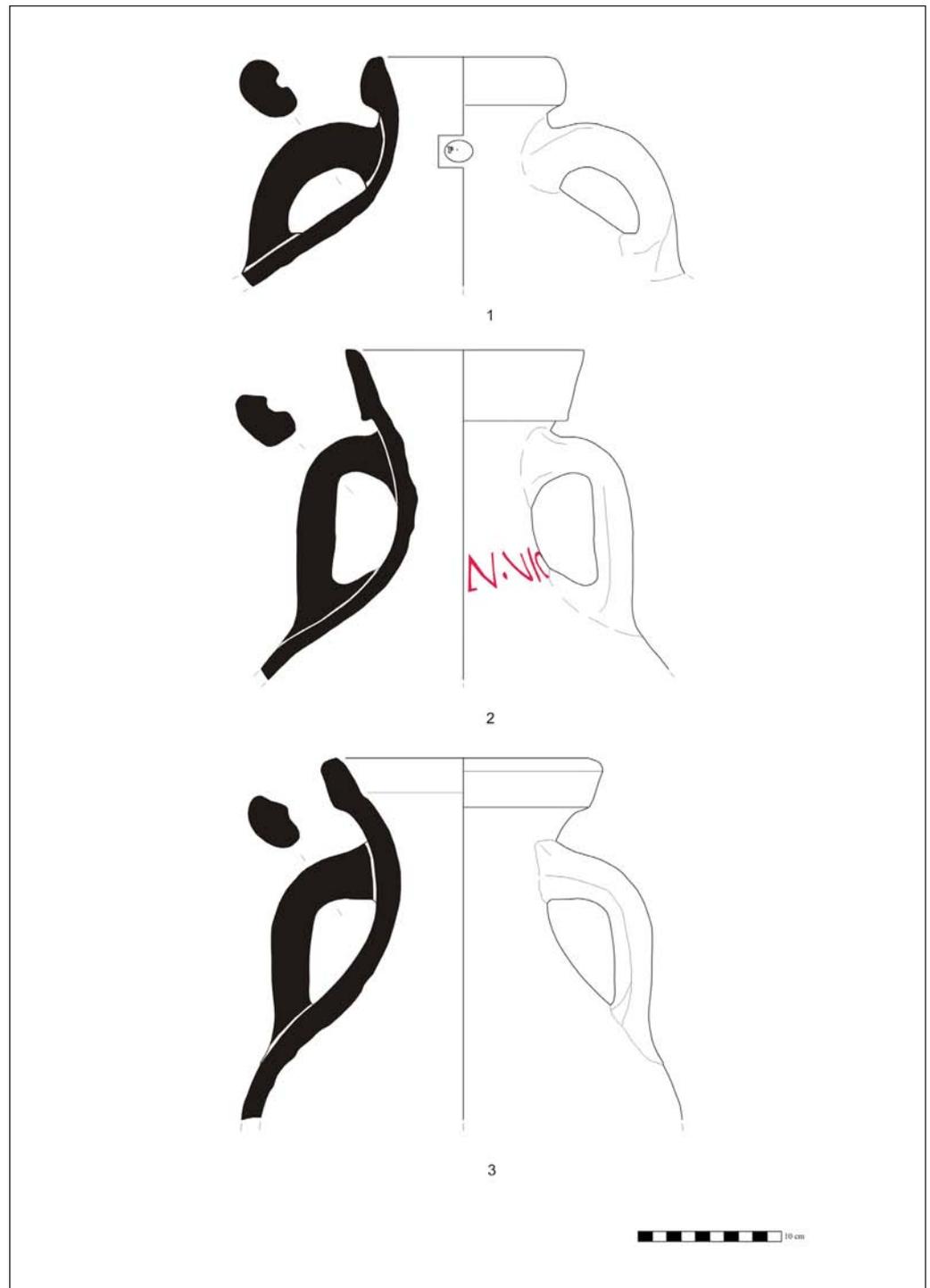


Figura 10

N.º 1 - Ânfora do Guadalquivir Tipo Ovóide 6;
N.º 2 - Ânfora do Guadalquivir do Tipo Ovóide 4 com Titulus Pictus - **L.FAN.VIC.** -;
N.º 3 - Ânfora Tipo Ovóide Gaditana.



Figura 11
Ânfora Dressel 7/11
da Bética costeira com
Titulus Pictus.



Figura 12
Ânfora Ovóide
Gaditana.



Figura 13
Ânfora do
Guadalquivir do Tipo
Ovóide 4 com Titulus
Pictus – L.FAN.VIC.

Como referimos entre o conjunto das ânforas, dominam de uma forma clara, as importações de produtos alimentares da área do vale do Guadalquivir, estando representadas praticamente todas as formas de morfologia Ovóide de cronologia romana republicana recentemente sistematizadas (Garcia Vargas; Almeida e González Cesteros, 2011). Entre estas, existem duas asas de ânfora, de difícil classificação, com a marca **L.HORAT** (Figura 9, n.º 10 e 11). Esta marca encontra uma concentração pouco usual no Vale do Tejo, estando atestada na Alcáçova de Santarém, (Almeida, 2008), e em Lisboa nas escavações do Teatro Romano (Filipe, 2008) e no Claustro da Sé Catedral.

A par desta proveniência, encontra-se bem atestada a presença de ânforas da faixa costeira da Andaluzia, das formas Ovóides Gaditanas, Dressel 12 e Dressel 7/11. Assim como as primeiras produções de ânforas do vale do Tejo, de formas ainda mal definidas mas que seguem de perto os modelos ovóides da província da Ulterior.

A cerâmica comum é numerosa, encontrando-se essencialmente representada por grandes contentores de armazenagem de filiação no mundo pré-romano (Figura 14). Estas grandes talhas encontram bons paralelos no vale do Tejo, no povoado romano republicano de Monte dos Castelinhos, (Pimenta, Mendes e Norton, 2008). Escavações aí em curso sob a direcção de dois dos signatários, permitiram escavar níveis bem definidos de inícios da segunda metade do século I a.C. onde estes contentores globulares, com um característico fundo com ressalto externo, se encontram bem representados (Pimenta, 2013).

No Castelo da Lousa (Mourão), formas similares encontram-se bem datadas em contextos bem definidos de meados do século I a.C. ao período de Augusto (Pinto e Schmitt, 2010). Os exemplares n.º 2 e 3 da figura 14 enquadram-se dentro da Forma 1 variante A estabelecida para as Talhas do Castelo da Lousa. O n.º 4 pode-se englobar dentro da Forma 3 da mesma tipologia (Pinto e Schmitt, 2010, p. 285 e 286).

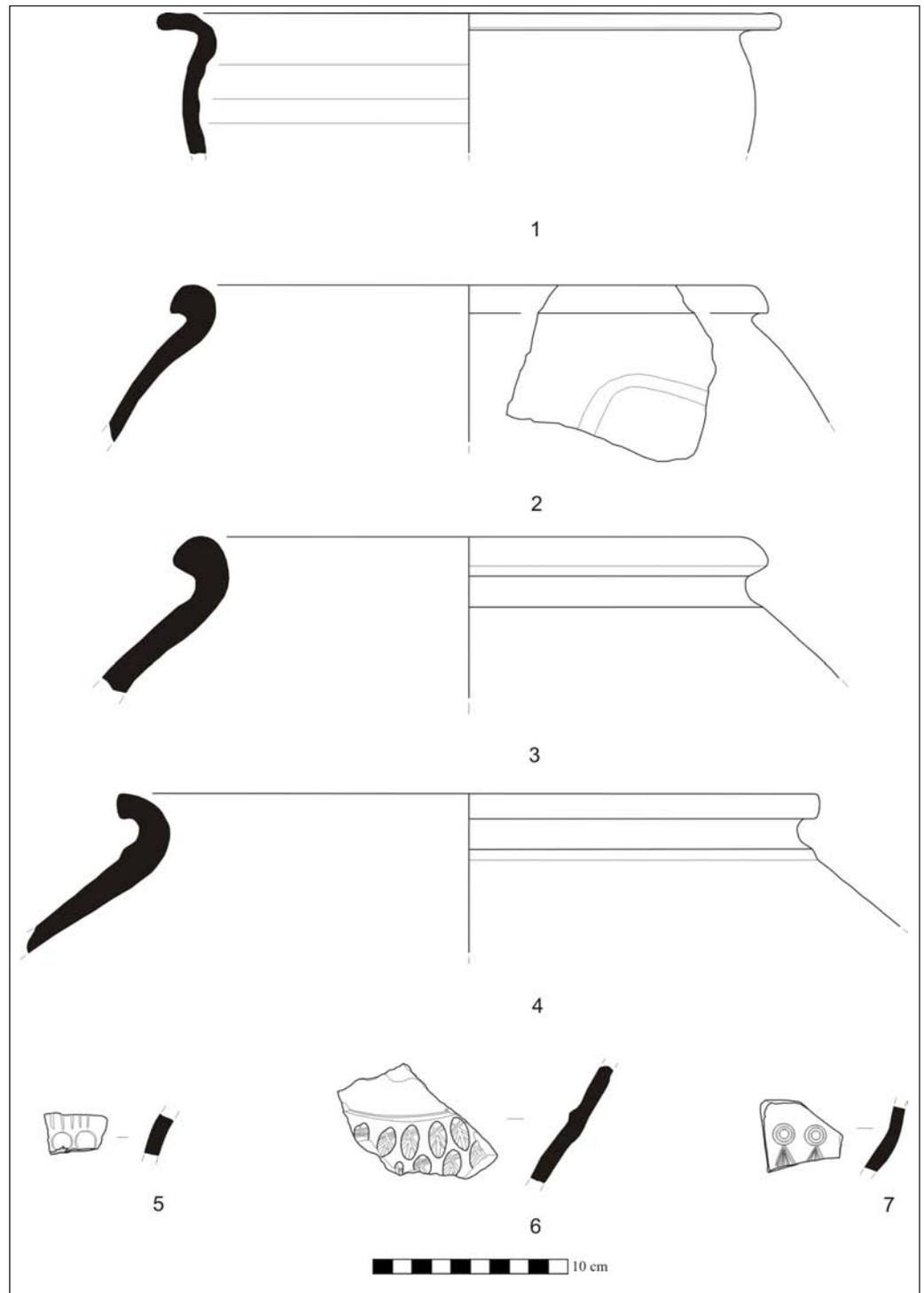




Figura 15
Peça em cerâmica
cinzenta com
estampilhas ovóides.

Entre a cerâmica comum, três exemplares evidenciam estampilhas impressas. Trata-se de formas fechadas, possivelmente potes, de difícil enquadramento cronológico, podendo pertencer à Idade do Ferro ou já à ocupação romana republicana do sítio.

Paralelamente às cerâmicas de utilização quotidiana, entre o conjunto cerâmico, encontram-se diversos elementos atestando a actividade de fiação, tais como pesos de tear (Figura 16, n.º 1 e 2) e cossoiros.

As cerâmicas correlacionadas com a cobertura e técnicas de construção, recolhidas em Alto dos Cacos são numerosas e diversificadas. Por motivos de difícil enquadramento cronológico, nesta fase dos trabalhos, não nos vamos deter muito na sua análise.

Importa, porém, reter que as *tégulas*, *imbrices* e *lateres* são numerosas, tal como ainda hoje pode ser documentado na própria estação arqueológica, deixando antever uma área edificada considerável. A aduzir a esta leitura temos as evidências da presença de colunas de grande dimensão corroboradas pela presença de diversos tijolos de quadrante.

Entre os *Lateres*, não podemos deixar de sublinhar o hábito omnipresente da gravação de pequenas marcas circulares paralelas. Ao abordarmos inicialmente estes materiais, colocou-se a hipótese de estar perante marcas de jogo. Contudo, fomos alertados pelo Professor Doutor Angell Morillo, a quem agradecemos, para este motivo ser um elemento comum em sítios de cariz militar romano. Tratando-se das marcas inequívocas das *caligas* dos militares romanos.

Identificámos, ainda, alguns elementos cerâmicos, que podem estar correlacionados com pavimentos de época romana republicana (Figura 16 e 17). Os dois invulgares tijolos romboidais, encontram bons paralelos em Chões de Alpompé, no acampamento romano de Cáceres el Viejo (Fabião, 2004a, p. 58) e mais recentemente em Monte dos Castelinhos, onde foi possível escavar um pavimento bem preservado *in situ*.

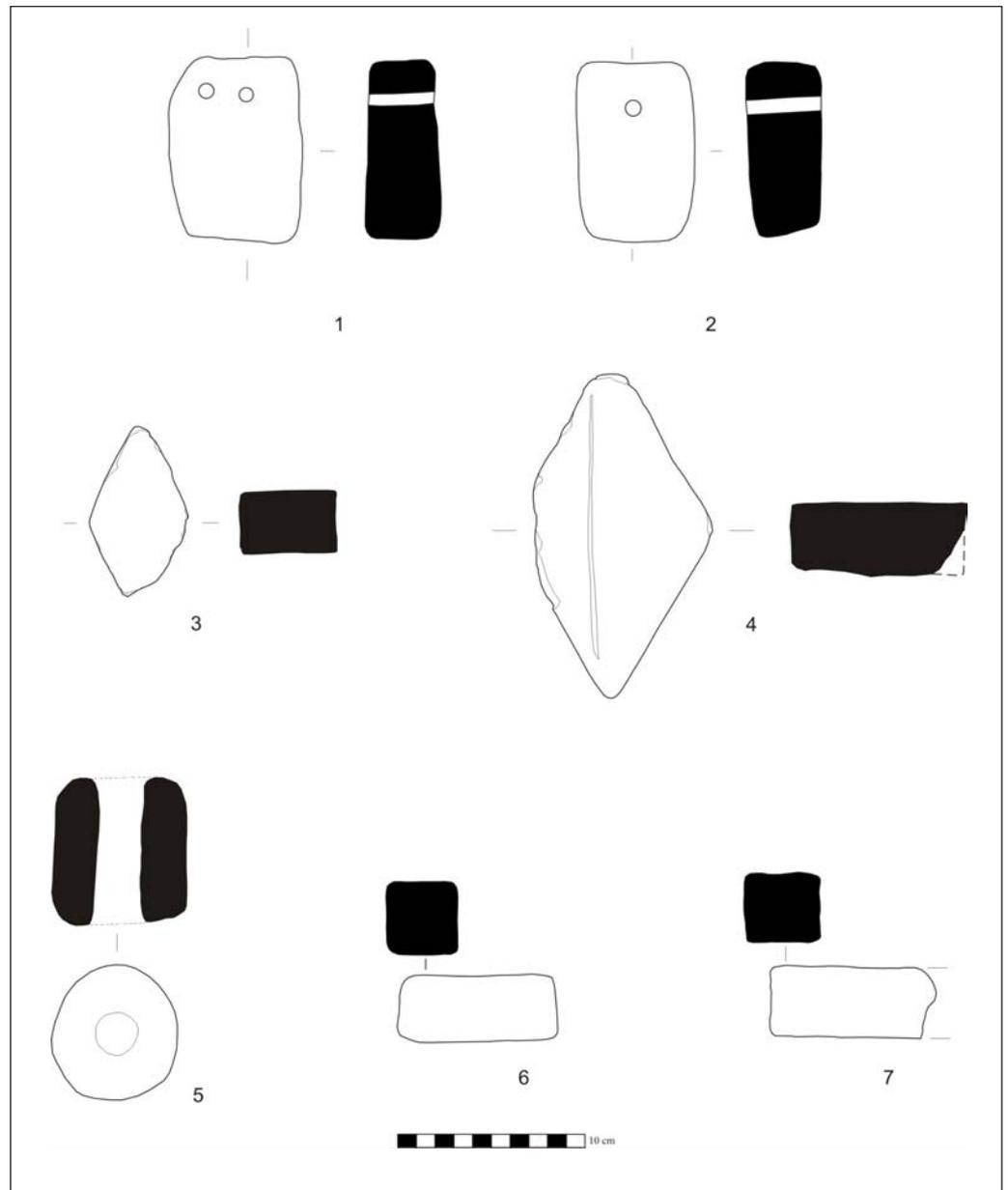


Figura 16
N.º 1 e 2 – Pesos de tear; **N.º 3 e 4** – Elementos de pavimento; **N.º 5** – Peso de rede; **N.º 6 e 7** – Pequenos tijolos possivelmente de pavimento.

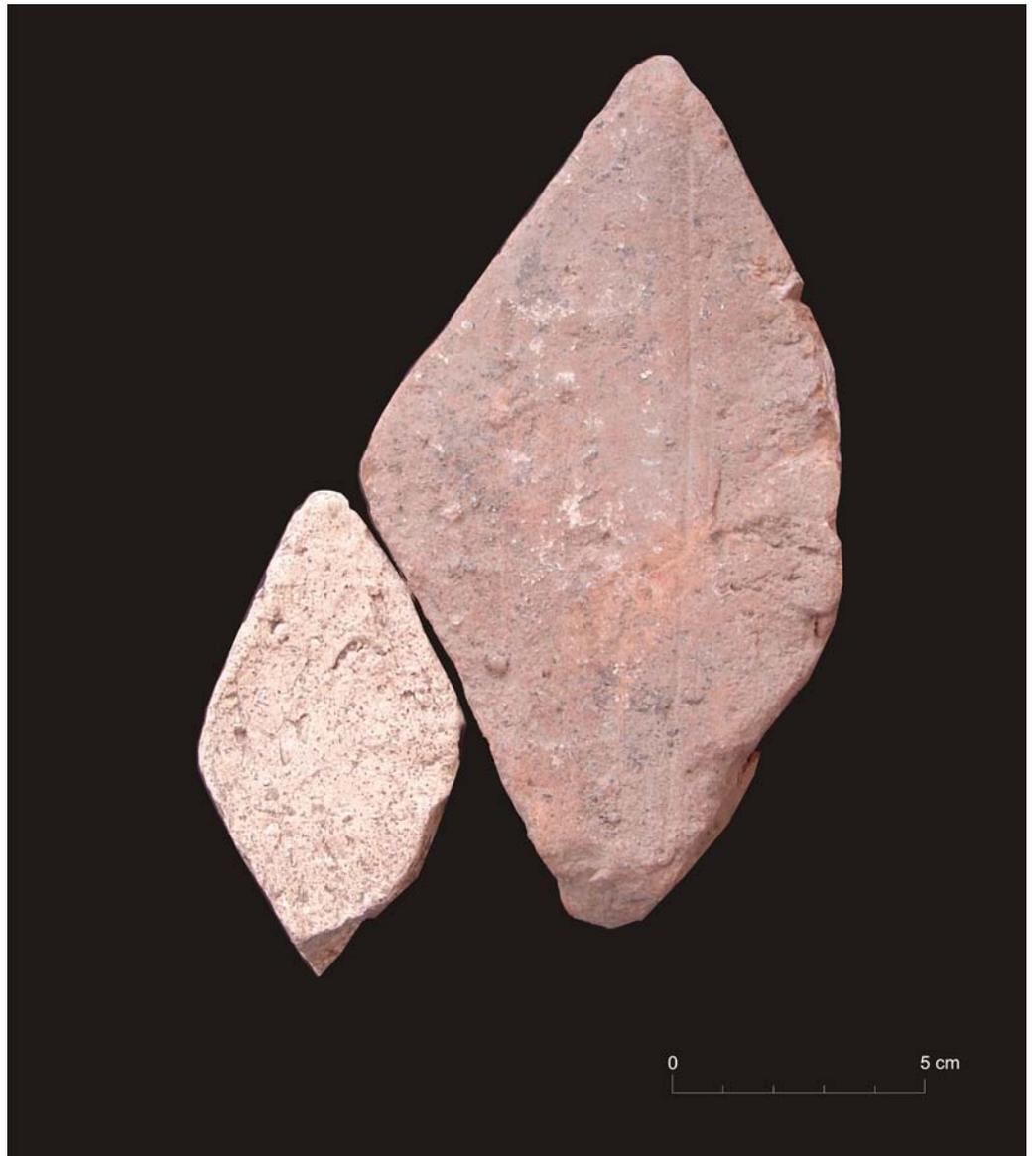


Figura 17
Tijolos romboidais.



Figura 18 e 19
Lateres com gravação
de pequenas
marcas circulares,
correspondendo às
taxas metálicas das
típicas sandálias dos
legionários romanos,
as Caligas.

A par do conjunto cerâmico, foi recolhido um significativo e diversificado espólio metálico, parte do qual aguarda tratamento de conservação e restauro nas instalações da sede da A.D.P.H.C.C.A.

Diversos elementos de escória de ferro e bronze levam-nos a supor a existência de actividade de metalurgia no sítio.

Entre os metais podemos distinguir três grandes grupos: Os de cariz bélico que trataremos à parte, ver *infra*; os correlacionados com o adorno pessoal e por último os relacionados com actividades domésticas e quotidianas. Começemos por estes últimos.

Entre o conjunto de metais, destaca-se a presença de pregos e cavilhas, correlacionados com actividades de construção, telhados e estruturas edificadas das mais diversas índoles. Estes são maioritariamente em ferro, evidenciando diversas dimensões, contudo encontram-se igualmente alguns em bronze (Figura 20, n.º 8 a 10).

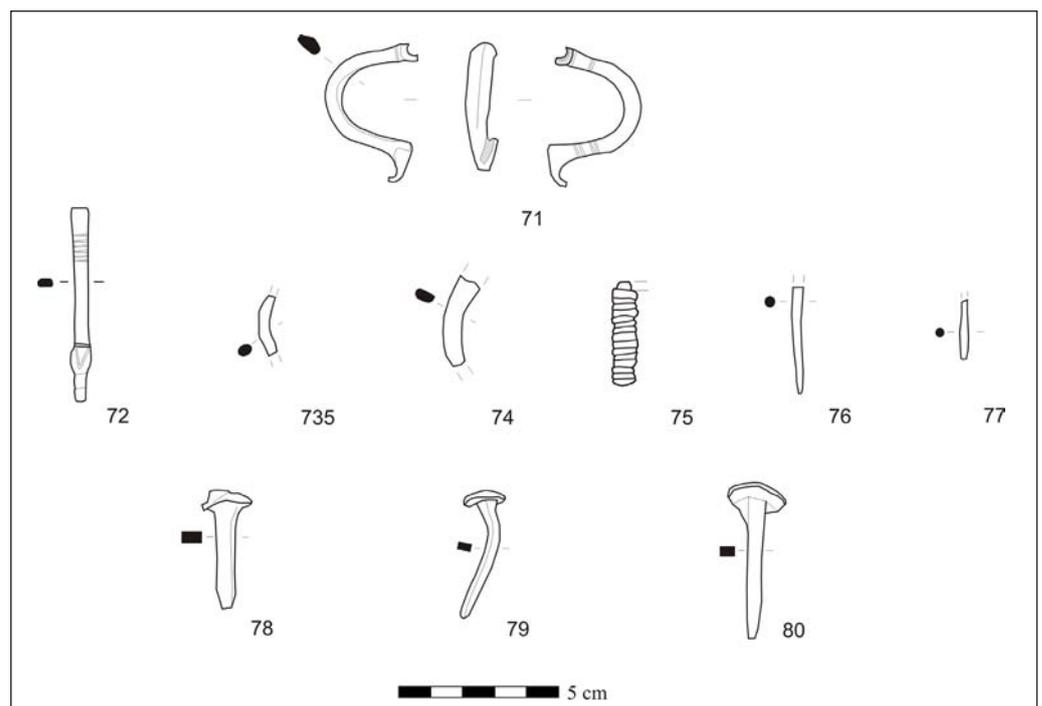
Mais conotados com o quotidiano, estão presentes lâminas de facas e diversos elementos pertencentes a uma balança romana em ferro.

Conotados com o adorno pessoal estão atestados diversos elementos de fíbula. Embora o estado de conservação da maioria dificulte muito a sua classificação e atribuição cronológica podemos ensaiar uma interpretação para duas das peças.

O exemplar n.º 5 poderia corresponder a uma fíbula pré-romana do tipo dupla mola. Estando assim conectada com o povoado proto-histórico de Alto dos Cacos.

O exemplar n.º 1 corresponde a uma fíbula em bronze Tipo Schüle 4h dita Transmontana, ou Tipo Ponte 32 datada entre o século III a. C. e o século I d. C. (Ponte, 2001). Um exemplar similar a este de Alto dos Cacos foi identificado em Mesas do Castelinho (Almodôvar), em contexto bem definido do século I a. C. (Miguez, 2010). Analogamente, no povoado de Chibanes (Palmela), um exemplar deste tipo foi encontrado em estrato do 2.º e 3.º quartel do século I a. C. (Silva e Soares, 1997).

Figura 20
Metals. **N.º 1** – Fíbula Tipo Schüle 4h dita Transmontana; **N.º 2** – Peça em bronze de difícil classificação. Instrumento médico? **N.º 3 a 7** – Fragmentos de fíbulas; **N.º 8 a 10** – Pregos em bronze.



Por último no que diz respeito aos dados arqueológicos, recolheu-se em alto dos cacos um pequeno mas coerente conjunto de numismas que merece algumas considerações.

O espólio numismático regista a presença de seis numismas, havendo referência à descoberta de mais um, mas do qual se desconhece o paradeiro actual.

Quatro dos numismas são cunhagens Hispânicas de cronologia romana republicana (Séculos II-I a.C.):

Entre os que permitem leitura, um é uma cunhagem Ibérica da cidade de KELSE bem datada de meados do século II a.C., dois são uma cunhagem de difícil classificação atribuíveis à cidade Obulco e o terceiro é um AS de Augusto com cunhagem em *Bilbilis* e cronologia entre os anos 13 e 2 a.C. Por último um dos numismas apresenta-se muito desgastado, sendo contudo possível tratar-se de uma Ceca Ibérica.



Figura 21
1 - Numisma celtibérico AE da cidade de *Kelse*. 2 – Numisma Hispânico de Augusto com cunhagem em *Bilbilis*.

1 - AE. Unidade. 29mm. 14.6 g R2

Emissão de meados do século II a.C. (Villaronga, 1994, p. 223)

Anverso - Cabeça Masculina à direita rodeado por três golfinhos.

Reverso - Cavalo com palma à direita, por de baixo inscrição Ibérica - KELSE (4).
V.61-7; NAH.637.

2 - AE de Obulco

(Villaronga, 1994, p. 352 -79)

AE. Semis. 20 mm 3.4 g.

Anverso - Cabeça masculina à direita.

Reverso - Touro à direita.

3 - AE de Obulco

(Villaronga, 1994, p. 352 -79)

AE. Semis. 20 mm 3.4 g.

Anverso - Cabeça masculina à direita.

Reverso - Touro à direita.

4 - AS Augusto

RPC 1 – 390

VIVES -138.7

Anverso - Cabeça Masculina à direita rodeado pela inscrição Divif(ilius) Avgvstvs.

Reverso – Cavalo com lança à direita. Debaixo a inscrição Bilbilis separado por uma linha.

Os outros dois numismas correspondem já a um período posterior atestando uma continuidade de ocupação ou uma reocupação do espaço. Voltaremos mais à frente a esta questão. As moedas representadas são um Antoniniano de Galieno, Imperador romano de 253 d.C. a 268 d.C. e a uma referência oral, de ter sido recolhido um numisma de Constantino, Imperador romano de 306 a 337 d.C.

4. 2. Os artefactos bélicos

A presença de elementos de armamento Itálico em Alto dos Cacos é um dos elementos mais contundentes para a interpretação do sítio como local de estacionamento de tropas romanas.

A peça n.º 1 (figura 22) corresponde a uma haste de ferro com cerca de trinta centímetros de secção quadrangular, apresentando a ponta dobrada intencionalmente e com vestígios de encabamento na extremidade proximal. Trata-se segundo a nossa interpretação de um *Pilum*.

O *Pilum* é a típica arma dos legionários romanos, foi concebido como um projectil destinado a atingir o escudo do oponente assim como o oponente em si. Tendo a particularidade de se dobrar com o impacto do arremesso, para não poder ser reutilizado (Bishop e Coulston, 1993).

De características igualmente bélicas, surge-nos uma bala de catapulta em calcário evidenciando forte erosão dos agentes atmosféricos (figura 24). Esta invulgar peça de artilharia foi recolhida no início dos anos oitenta quando das destruições ocorridas nesta estação. Projecteis similares foram recolhidos nas escavações dos acampamentos romanos do cerco

à cidade Celtibérica de *Numantia* (Bishop e Coulston, 1993, p. 57). E em Valência nos níveis correlacionados com a destruição da cidade de Valentia por Pompeio em 75 a.C. (Alapont Martín et al. 2009).

Paralelamente vários restos de chumbo, e inclusivamente algumas tiras e chapas com vestígios de corte, fazem supor o trabalho deste metal. Terão sido produzidas localmente projecteis de funda, *Glandes Plumbeae*, através da técnica de martelagem?

No decorrer da conclusão do primeiro trabalho que elaboramos sobre o sítio, deparámo-nos com a resposta afirmativa a esta questão, com a inesperada descoberta por parte de um particular de um depósito de *Glans Plumbeae* provenientes de Alto dos Cacos, ver estudo neste mesmo volume.

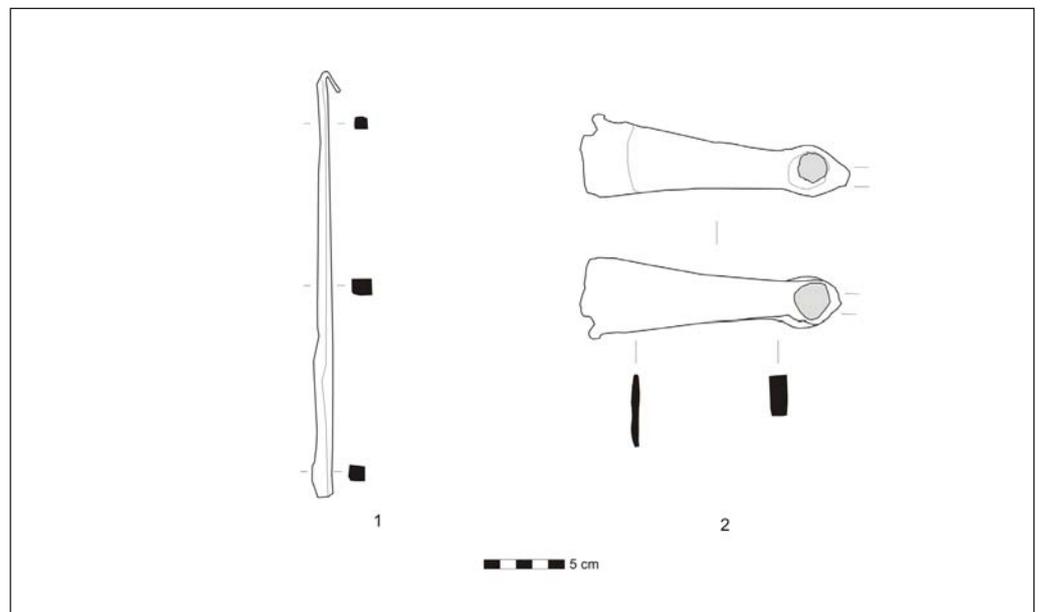


Figura 22
Metais. **N.º 1** – Ponta
de Pilum;
N.º 2 – Dolabra;



Figura 23
Ponta de Pilum
em ferro.



Figura 24
Bala de catapulta
em calcário.

Por último, ainda que não seja interpretado como arma em sentido estrito, a presença de uma ferramenta ou utensílio típico do legionário romano remete-nos igualmente para o mundo militar (Figura 22, n.º 2). A peça n.º 2 corresponde a um machado de mão em ferro, conhecido na literatura como *Dolabra*. Ainda que no presente exemplar apenas esteja preservado um dos lados da ferramenta, é possível verificar o arranque do elemento em falta correspondendo à lâmina do machado.

4. 3. Os dados da fotografia aérea

Pelas características e coerência dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos recolhidos em Alto dos Cacos, que apontam para uma relevante ocupação de época romana republicana, olhámos com outra perspectiva para o terreno e para os meios tecnológicos à nossa disposição.

Ao determos a nossa análise sobre as fotografias aéreas do sítio, pareceu-nos evidente a existência de uma estrutura antiga, fossilizada na paisagem.

Para consolidar esta observação, recorreremos à secção de cartografia do Instituto Geográfico do Exército. Aí foi possível consultar e trabalhar digitalmente a totalidade dos voos disponíveis que cobrem a zona alvo da nossa atenção.

Para efeitos de foto interpretação da evolução antrópica da paisagem, resultam particularmente esclarecedoras as alterações da mancha de urbanização da cidade de Almeirim visível entre a fotografia aérea do voo Royal Air Force de 1947 e o voo da Força Aérea Portuguesa de 2001.

Entre as fotografias disponíveis, voos R.A.F. 1947; U.S.A.F. 1958; F.A.P. 1967 e F.A.P. 2001 denota-se uma evolução da paisagem e do aproveitamento agrícola dos terrenos nesta área. No que diz respeito ao sítio de Alto dos Cacos é particularmente curiosa a preservação da implantação deste arqueossítio nos três primeiros voos mencionados acima. Este

apresenta-se como uma península rodeada por linhas de água. Porém denota-se, entre o voo de 1967 e o de 2001, profundas alterações no parcelamento e na construção de uma ampla vala de drenagem que vem substituir a antiga linha da ribeira e que atravessa longitudinalmente a estação romana.

Da análise cuidadosa das diversas fotografias aéreas denota-se a existência de manchas de tonalidade distinta do restante terreno e que parecem corresponder a estruturas soterradas de grande dimensão.

Apesar do terreno se encontrar muito recortado, quer pelo parcelamento agrícola dos terrenos, quer por duas valas de escoamento de águas, é ainda possível observar nas fotografias aéreas antigas a existência de uma ampla construção regular de planta subretangular e cantos arredondados, em perfeita coincidência com a distribuição dos materiais no terreno. Os limites físicos desta estrutura parecem corresponder a uma muralha de terra seguida de um ou dois fossos.

Esta interpretação coincide com os achados de 1981, pois é da zona do fosso ou *valum* que se identificaram os materiais cerâmicos em melhor estado de preservação, nomeadamente as ânforas.

As dimensões do sítio 450m por 260 configuram uma extensa área ocupada de cerca 11 hectares, orientada aos pontos cardiais.

Parece-nos assim seguro podermos estar perante evidências de um acampamento militar romano de traçado regular como nos é descrito por Políbio (Hist. VI. 26.10).



Figura 25
Voo Força Aérea
Portuguesa
2001 - As setas
vermelhas indicam
a área do eventual
acampamento.

Figura 26
 Figura 26 – Voo Força Aérea Portuguesa 2001 – A negro e branco - Tentativa de interpretação da implantação do Acampamento Romano de Alto dos Cacos; A Vermelho – Traçado da Via Romana de *Scallabis* a *Emerita Augusta*; A Laranja acesso antigo ao sítio de Alto dos Cacos.



5. Alto dos Cacos: De Acampamento romano a elemento estruturante e estruturador de território.

Como ficou acima atestado, pela apresentação do conjunto numismático, o sítio de Alto dos Cacos, não é de todo abandonado com o fim do período romano republicano. De facto, entre os materiais provenientes desta estação, preserva-se uma colecção coerente e quantitativamente relevante de materiais que atestam uma clara continuidade da ocupação romana do sítio. Este mantém-se activo ao longo do século I d.C. entrando posteriormente em franco declínio com os Flávios para aparentemente ser abandonado no século II d.C. Qual a razão da manutenção deste sítio de cariz militar numa fase onde este já não faria aparentemente sentido? Terá o acampamento mantido a sua função inicial? E se sim, terá esta estado conotada com a dedução colonial e a necessidade de uma presença militar para o parcelamento do território e implantação do novo cadastro?

Propomos assim como hipótese de trabalho a ser confirmada ou infirmada, o acampamento ter-se mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política. Podendo os militares terem tido um papel de relevo na construção dessa paisagem.

As evidências da sua ocupação, assentam essencialmente na presença de uma significativa colecção de serviços de mesa importados, que nos permitem aferir boas cronologias para a dinâmica das relações aquisitivas do sítio (ver Silva, Pimenta e Mendes, 2013).

Tal como na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003), no conjunto de *Sigillata* de Alto dos

Cacos identificou-se a presença de *Sigillata* Oriental A, atestada por um fragmento de um grande prato possivelmente da forma Hayes 3.

É relevante a sua presença, visto este fabrico de *sigillata* proveniente do Mediterrâneo Oriental, situar-se, cronologicamente, entre a primeira metade do século I a.C. e o final desse século, chegando a Santarém antes da *sigillata* de tipo itálico. (Viegas, 2003, p.41). Atesta assim, uma evidente situação de sequência na ocupação de Alto dos Cacos.

Alto dos Cacos uma leitura possível

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos implanta-se num extenso terraço quaternário, que hoje em dia passa completamente despercebido a quem se desloca entre Almeirim e Alpiarça. De facto, apesar de actualmente esta localização não se destacar sobre o território envolvente, tal não seria necessariamente assim em época romana.

Ao tentarmos reconstituir a topografia à época, deparámo-nos com um vazio de informação que é difícil de contornar. Um dos elementos mais gritantes é que, objectivamente, não sabemos como seria o curso do rio Tejo na antiguidade. Temos, assim, que matizar a nossa observação do terreno com dois mil anos de actividade humana, que muito adulterou a paisagem.

As informações de que dispomos nas fontes clássicas, em particular a partir do geógrafo grego Estrabão, pintam-nos uma imagem de uma clara posição estuarina para esta zona do Vale do Tejo.

Podemos assim supor que a vasta planície aluvionar que contorna o planalto do Alto dos Cacos, seria muito diferente e que este sítio, hoje situado a cerca de 2 quilómetros das margens do Tejo, se encontraria certamente noutra posição mais vantajosa.

Realmente a percepção da implantação geoestratégica de Alto dos Cacos só se entende vista do rio. É por ele e em função dele e certamente do seu antigo trajecto, que as comunidades humanas aqui se estabeleceram ao longo da sua ampla diacronia de ocupação.

A amplitude e extensão do Rio Tejo nesta zona, aliada à importância complementar de ambas as margens, conduziu a que fosse indispensável, por questões logísticas e comerciais, assegurar um local seguro e permanente de travessia do rio por barco.

As evidências, proporcionadas pela análise do povoamento da região levam a supor ser precisamente nesta zona, entre Santarém e Almeirim, que se efectuava (e efectua) essa travessia.

As evidências de Alto dos Cacos, permitem vislumbrar um franco paralelismo com a evolução do povoado Escalabitano. Ainda que com amplos antecedentes de ocupação humana remontando ao Calcolítico final, é com a Idade do Bronze que Alto dos Cacos se afirma a nível regional, integrando-se numa densa rede de povoamento, no qual sobressai o grande povoado fortificado de Alto do Castelo – (Alpiarça).

Ainda que muito se desconheça sobre a evolução do povoado Proto-histórico de Alto dos Cacos, a componente artefactual aqui recolhida, permite atestar uma precoce interacção com o mundo fenício. Os contactos com o mundo mediterrâneo mantêm-se ao longo do primeiro milénio a.C. estando atestados por uma série de importações nomeadamente ânforas de proveniência meridional.

Figura 27
 Excerto de planta
 antiga do Rio Tejo
 desde o Mouchão
 dos Coelhoos até ao
 extremo do Dique de
 Vallada. 1 – Alto dos
 Cacos; 2 – Santarém.
 Fonte: M. J. Júlio
 Guerra, 1861, Estudos
 Chorographicos,
 Physicos e
 Hydrographicos da
 Bacia do Rio Tejo.



Tendo em conta a referência de Plínio de que a Colónia romana de *Scallabis* é chamada de *Praesidium Iulium*, (PLIN.4,117), foi proposto ter aqui existido um acampamento militar na época de Júlio César (Alarcão, 1988).

Não existe porém consenso em relação à cronologia do mesmo. As datas de 61 a.C. contemporânea da presença de César como propretor da Hispânia Ulterior, ou 49-44 a.C. correlacionada com a guerra civil entre César e Pompeio foram propostas inicialmente por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1988, p. 26). Mais recentemente e após crítica de António Faria (1999, p. 43), Jorge de Alarcão propõe que será mais credível a cronologia de 49-44 a.C. (Alarcão, 2002, p. 39)

Durante este período assiste-se à eclosão da guerra civil entre Júlio César e Cneu Pompeio, tendo a Península Ibérica voltado a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. A presença de grandes contingentes militares, e as múltiplas referências nas fontes clássicas à presença de Legiões estacionadas no Ocidente Peninsular, permitem inferir que este conflito terá sido decisivo para a romanização da Lusitânia (Alarcão, 1988,p. 27).

Independentemente da cronologia do *Praesidium Iulium*, é mais significativo reter que “A escolha do local para a instalação de um centro de comando, afinal em sítio não muito distante do ponto onde Décio Júnio Bruto implantou o seu principal acampamento militar, confirma a importância estratégica que aquela região do Vale do Tejo conheceu ao longo do processo de conquista do actual território português pelos exércitos romanos.” (Fabião, 1992, p. 224).

Esta importância geoestratégica é realmente significativa e é um dado a reter, correlacionando-se directamente com dois factores:

1. A ampla navegabilidade do Tejo na antiguidade, até à zona de Santarém. O que fez com que esta região pudessem aportar as galés romanas, desembarcando directamente as legiões provenientes de paragens mais meridionais.

2. A localização geográfica da zona de Santarém de onde partem vias terrestres de penetração natural. Quer para interior da península quer para o Norte ou Sul do território (Ver Mantas, 2002).

De facto nesta região do médio Tejo, são conhecidos diversos sítios de características militares romanas, que embora se encontrem mal caracterizados, julgamos pertinente referir, para contextualizar Alto dos Cacos.

1 – A norte de Santarém na confluência entre o Rio Alviela e o Tejo situa-se o sítio arqueológico de Chões de Alpompé (Ruivo, 1999 e Fabião, 2002).

2 – Em frente aos Chões de Alpompé na outra margem do rio Tejo, situa-se outro relevante sítio arqueológico que tem vindo a ser interpretado como acampamento militar romano, o Alto do Castelo – Alpiarça (Fabião, 2004).

3 – Mais a sul já no concelho de Salvaterra de Magos, recentes trabalhos de prospecções e escavações arqueológicas, permitiram identificar um importante sítio indígena de cariz portuário, o povoado de Porto do Sabugueiro – Muge (Pimenta e Mendes, 2008 e 2013, Pimenta et al. 2014). Nas suas imediações detectou-se um sítio de características militares datado de meados do século II a.C.

Paralelamente a estes sítios, onde a presença militar ou militarizada se faz sentir, um recente projeto de estudo que temos vindo a desenvolver, assente na reanálise de espólios

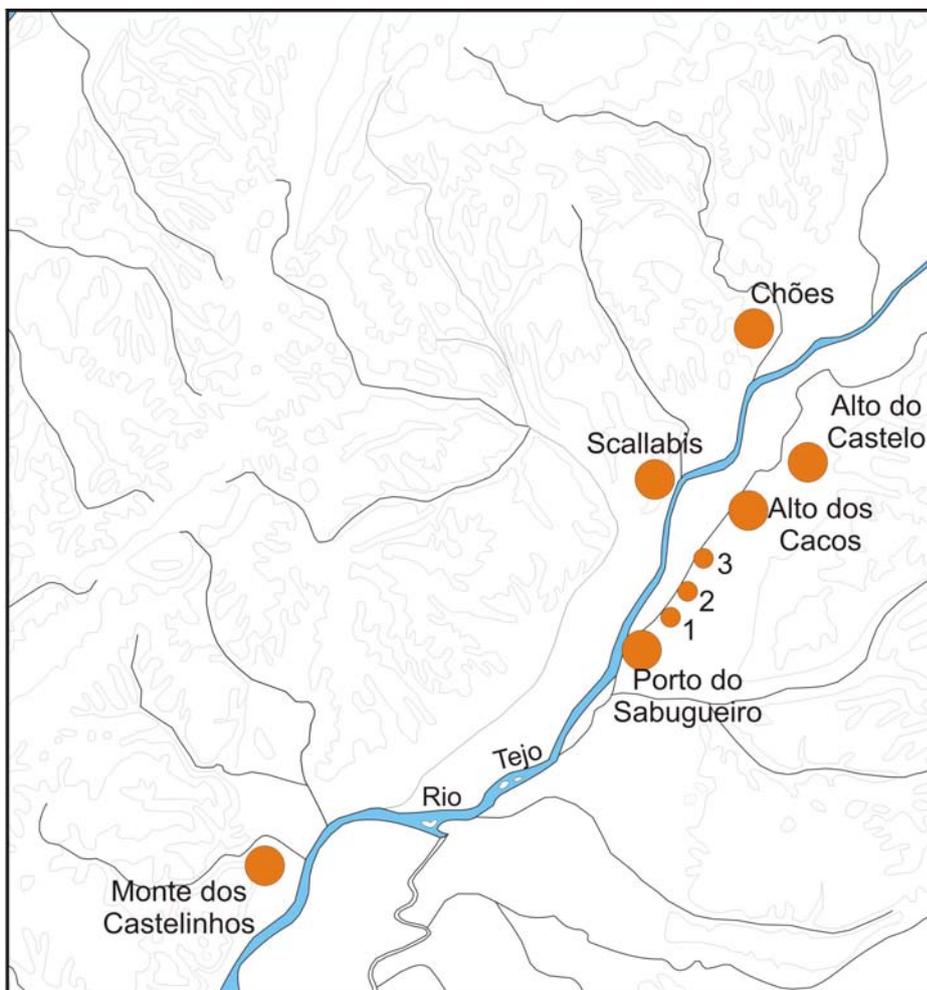


Figura 28

Mapa do Baixo Tejo com os sítios com ocupação atestada nos séculos II/I a.C. N.º 1 – Azeitada; N.º 2 – Vale de Tijolos; N.º 3 Eira da Alorna.

antigos, depositados no Museu Municipal de Almeirim e na sede da A.D.P.H.C.C.A. permite vislumbrar uma rede de povoamento bem mais densa na margem esquerda do Tejo para esta fase conturbada da implantação do poder de Roma.

Não é aqui o espaço para a apresentação detalhada destas novas realidades, porém não podemos deixar de sublinhar a sua existência.

De sul para norte, temos assim no território do Município de Almeirim:

O sítio arqueológico de Azeitada (CNS 3106). Conhecido desde à muito pela sua ocupação de época alto Imperial, pendendo a sua interpretação enquanto área de necrópole e *Villa* (Quinteira, 1996 e 1998, Silva, 2012).

Recentemente verificou-se nas suas imediações a existência de uma ocupação da Idade do Ferro. Sendo que a esta, sucede uma forte presença do período romano republicano atestada por cerâmica campaniense, ânforas Itálicas, ânforas do vale do Guadalquivir e pela recolha de três Glandes *Plumbeae*.

O sítio de Vale de Tijolos (CNS 3110). Conhecido como provável *Villa* e área de necrópole (Quinteira, 1996 e Silva, 2012). A reanálise do espólio aqui recolhido permite consolidar a hipótese que o sítio terá surgido ainda em meados do século I a.C. Estão presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir do tipo Ovóide 4 e 6, cerâmica campaniense etc. Entre o espólio metálico está atestada uma Glande *Plumbeae* e um Quinário de *Augustus* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), com datação entre 25 a 23 a.C.

A estação arqueológica de Eira da Alorna (CNS 2165) é conhecida desde há largas dezenas de anos devido à sua ocupação da Idade do Bronze (Marques e Andrade, 1974), assim como pelos vestígios romanos, interpretados como correspondendo a uma *Villa* (Quinteira, 1996).

Reanalizando os materiais depositados em Almeirim com esta proveniência constatou-se com uma relevante ocupação da Idade do Ferro que é aparentemente abandonada durante o período romano republicano.

No Museu Municipal de Almeirim encontra-se depositado um conjunto de numismas atribuíveis ao sítio de Eira da Alorna. O conjunto é homogéneo podendo corresponder a um pequeno entesouramento composto por sete denários de prata. Apenas destoa um exemplar, que aliás evidencia distinta patine, correspondendo a um Denário de NERVA – RIC 34 – 96-98 d.C.

Entre os seis exemplares republicanos o mais antigo corresponde a um denário de C. Font - 114-113 a.C. (RRC, 290/1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITI., de 90 a.C. (RRC, 341/1), e o de L. PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1). Imediatamente posterior a estes é o denário de L. TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) seguido do de L. CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d). O mais recente de todos é o denário de L. LUCRETITRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1).

Os denários recolhidos na Eira da Alorna estão bem documentados nos tesouros de época sertoriana documentados na Estremadura portuguesa, (Ruivo, 1993-97; Ruivo, 1997). Este facto permite supor, uma cronologia sertoriana para o conjunto de moedas, o que não obsta que alguma das mais antigas possa ter chegado ao local anteriormente.

Ainda que o estudo do restante espólio ainda esteja a decorrer. O conjunto de importações tardo republicanas é coerente remontando a inícios do século I a.C. e admite a hipótese de estarmos perante um abandono do local no contexto das Guerras Sertorianas. Voltaremos em breve noutros moldes a esta temática.



Figura 29
Denários republicanos
de Eira da Alorna -
Almeirim

Em Jeito de Conclusão:

O conjunto de espólios recolhidos em Alto dos Cacos permite sublinhar a relevância da ocupação do sítio no século I a.C., mais em concreto em meados da segunda metade do século I a.C. Poderemos, assim, estar perante um acampamento militar, correlacionado com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na *Ulterior*, resultantes da instabilidade reinante no ocidente durante este período (Fabião, 1998).

Esta proposta de fundação, em data posterior ao conflito Sertoriano, imbrica com a proposta de Carlos Fabião de termos assistido na *Ulterior*, após a este episódio, a uma efetiva reorganização da estratégia romana das áreas ocupadas, desencadeando-se um processo de apropriação do território que pode ser apelidado de verdadeira “re-fundação” (Fabião, 1998, p. 288, e veja-se artigo de Rui Mataloto neste mesmo volume). Sublinhe-se que nesta mesma área geográfica assiste-se após o episódio Sertoriano, ao abandono da base operacional de Chões de Alpompe e possivelmente do sítio de Alto do Castelo. Verificando-se como contraponto, o emergir de novas centralidades como a base operacional centrada em Scallabis, o sítio de Monte dos Castelinhos e Alto dos Cacos.

Para concluir não podemos deixar de sublinhar que só a futura realização de escavações arqueológicas devidamente programadas e com um quadro de indagações prévio devidamente orientado para estas questões de índole militar, poderá esclarecer muitas das questões ora deixadas em aberto, nomeadamente da sua funcionalidade castrense.

BIBLIOGRAFIA:

- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GÁLVEZ, M.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – *La destrucción de Valentia por Pompeyo (75 a.C.)*. Quaderns de difusió Arqueològica. 6. Ajuntament de València.
- ALARCÃO, J. (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- ALARCÃO, J. (2002)** – Scallabis e o seu território. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 37-46.
- ALARCÃO, J. ; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010)** – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lecció Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ARRUDA, A. e ALMEIDA, R. R. (1999)** – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Actas da IIIe Table ronde sur la Lusitanie romaine*, (Madrid, 1 e 2 de Dezembro 1997). Madrid: Casa de Velazquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.
- AQUILUÉ, X.; CASTANYER, P.; SANTOS, M.; TREMOLEDA, J. (2002)** – El Campo de Silos del área Central de la Ciudad Romana de Empúries. *Romula* N.º 1. Universidad Pablo de Olavid. Sevilla, p. 9-38.
- BARGÃO, P. (2006)** – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.
- BISHOP, M. C. ; COULSTON, J. C. N. (1993)** – *Roman Military equipment. From the Punic Wars to the fall of Rome*. A Batsford Book. London.
- COUTO, GUILHERME TIAGO DE (1859)** – *Breve Notícia de Almeirim - 1859*. Edição da Associação de Defesa de Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim. 1991. Almeirim.
- CRAWFORD, M. H. (1974)** – *Roman Republican Coinage*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.
- DESY, P. (1989)** – *Les timbres amphoriques de l'Apulie républicaine. Documents pour une histoire économique et sociale*. BAR. International Series. 554.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94)** – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conímbriga*. XXXII-XXXIII, p. 263-281.
- DELGADO, M. (1981-82)** – Acerca da cerâmica da época romana do Cabeço da Bruxa, Alpiarça. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 71-82.
- FABIÃO, C. (1989)** – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1992)** – A romanização do actual território português. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I, p. 202-299.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2002)** – Chões de Alpompe. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004)** – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004a)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césaréo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73
- FABIÃO, C. (2013)** – Os romanos no Baixo Tejo. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 61-68.

- FARIA, A.M. (1999)** – Colonização e municipalização nas províncias hispano- romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-50.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla.
- GIRÃO, A. ; OLEIRO, J. M. B. (1953)** – Geografia e Campos Fortificados Romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. 6-7, p. 77-80.
- GUERRA, A (1987)** – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5, p. 161-177.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1981-82)** – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 61-69
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988)** – O povoamento pré-histórico de Alpiarça. Porto. *GEAP*. 17, p. 193-200.
- KALB, P., HÖCK, M. (1998)** – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- MANTAS, V. (1993)** – As fundações coloniais no território português nos finais da República e os inícios do Império. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra 1990). Coimbra: Universidade, p. 465-500.
- MANTAS, V. G. (2002)** – A rede viária de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- MAYET, F. (1975)** – *La céramique a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordéus. Centre Pierre/CNRS. Paris.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974)** – Aspectos da proto-história do território português 1 – definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro) In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007)** – Novas produções de fabrico Lusitano: Problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 127-133.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MORILLO, A. (2007)** – *El ejército romano en Hispania*. Guia Arqueológica. Universidad de León.
- MIGUEZ, J.N.M. (2010)** – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988)** – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil. Museu Regional de Arqueologia.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1989)** – Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil: Um ponto da situação. *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu* (Viseu, 1988). Viseu, p. 403-424.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013)** – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo*. Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; e Mendes, H. (2008)** – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia* N.º2, p. 195-219.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série, n.º 16, p. 26-37.

- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos* – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014)** – Do Pré-romano ao Império: a ocupação humana do porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. N.º 1. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos, p. 39-57.
- PINTO, I.V.; SCHMITT, A. (2010)** – Cerâmica Comum. In *STUDIA LUSITANA 5. Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Coord. Jorge de Alarcão, Pedro C. Carvalho e Ana Gonçalves. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 219-443.
- OOSTERBEEK, L. CORREIA, S. (1984)** – *Informação arqueológica* – 1981. N.º 4. Departamento de Arqueologia IPPC. Lisboa.
- PONTE, Salette da (2006)** - *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- QUINTEIRA, A.J.F. (1996)** – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre. Policopiado.
- QUINTEIRA, A.J.F. (1998)** – Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim), in *Conimbriga*, 37, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, pp. 151 – 183.
- RUIVO, J. (1993-97)** - A circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III. *Nvmmvs*. 2ª Série, XVI/XX, p. 7-177.
- RUIVO, J. (1997)** - O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70, p. 91-100.
- RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompé (Santarém). In Centeno, R.; Garcia Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.
- SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** – A *Terra Sigillata* do Acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 775-783.
- SILVA, R. B. (2012)** - *As “marcas de oleiro” na terra Sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Versão Policopiada.
- VIEGAS, C. (2003)** - *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém - Economia, comércio e cerâmica*. Trabalhos de Arqueologia, 26. Lisboa.
- VILLARONGA, L. (1994)** - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid : José A. Herrero S. A.
- ZBYSZEWSKI, G. (1953)** – Carta Geológica de Portugal. Na Escala 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 31-A Santarém. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.

NOTAS

- ¹ Museu Municipal de Vila Franca de Xira/ UNIARQ
- ² Museu Municipal de Vila Franca de Xira
- ³ Vereador da Cultura - Câmara Municipal de Almeirim